

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM MAPEAMENTO DA PESQUISA EM ETNOBIOLOGIA E TEMÁTICAS AMBIENTAIS

Roberta Gomes Araújo¹

José Augusto Aragão Silva²

Francisco Eduardo Santos Sousa³

Taline Cristina Silva⁴

Wedson Silva Souto⁵

Resumo: A inclusão de pessoas com deficiência nos âmbitos social, econômico e ambiental é fundamental para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, torna-se crucial a participação plena dessas pessoas em pesquisas científicas que abordem temáticas ambientais e áreas correlatas. Nosso estudo teve como objetivo geral identificar a diversidade de estudos nessas áreas. Para isso, delineamos objetivos específicos: i) mapear geograficamente a distribuição das publicações; ii) descrever os temas mais recorrentes; iii) verificar as deficiências mais frequentes entre os participantes das pesquisas; iv) avaliar qual modelo de deficiência foi utilizado; e v) averiguar em quais subáreas da etnobiologia estão concentradas as publicações que incluíram pessoas com deficiência. Nossos resultados revelaram que a maior parte das publicações ocorreu no Brasil, destacando-se principalmente pelos temas relacionados ao ensino de ciências e biologia. As pesquisas analisadas geralmente tratavam a deficiência de forma ampla, adotando predominantemente o modelo social da deficiência. Apenas dois trabalhos eram da área da etnobiologia. Apesar da presença de pessoas com deficiência em alguns estudos, ainda há uma percepção predominante de que elas são

1 Professora de Libras.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí.

3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí.

4 Doutora em Botânica, professora adjunta da Universidade Estadual de Alagoas e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

5 Doutor em Ciências Biológicas, professor adjunto da Universidade Federal do Piauí e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal do Piauí.

meros aprendizes. Portanto, uma inclusão efetiva nas pesquisas etnobiológicas é crucial não apenas para compreender a visão de mundo dessas pessoas, mas também para promover políticas mais inclusivas voltadas para a conservação da biodiversidade e para a educação ambiental.

Palavras-chave: Equidade ambiental; Acessibilidade; Modelo de deficiência.

INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES: A MAPPING OF RESEARCH IN ETHNOBIOLOGY AND ENVIRONMENTAL ISSUES

Abstract: The inclusion of people with disabilities in social, economic, and environmental spheres is essential to achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). In this context, the full participation of these people in scientific research that addresses environmental issues and related areas is crucial. Our study aimed to identify the diversity of studies in this intersection. To this end, we outlined specific objectives: i) to map the geographical distribution of publications; ii) to describe the most recurrent themes; iii) to verify the most frequent disabilities among research participants; iv) to evaluate which model of disability was used; and v) to determine in which subareas of ethnobiology publications that included people with disabilities are concentrated. Our results revealed that most of the publications occurred in Brazil, standing out mainly for themes related to science and biology teaching. The studies analyzed generally addressed disability in a broad way, predominantly adopting the social model of disability. Only two studies were in the area of ethnobiology. Despite the presence of people with disabilities in some studies, there is still a prevailing perception that they are mere learners. Therefore, effective inclusion in ethnobiological research is crucial not only to understand the worldview of these people, but also to promote more inclusive policies aimed at biodiversity conservation and environmental education.

Keywords: Environmental equity; Accessibility; Disability model.

1 INTRODUÇÃO

A etnobiologia é uma ciência interdisciplinar que estuda as relações entre humanos, culturas e ambiente (Vandebroek *et al.*, 2020), baseando-se em diversas áreas de investigação, desde a biologia até a geografia, linguística, história, entre outras (Turner *et al.*, 2022). Estudos dessa inter-relação entre pessoas e biota ocorrem em áreas principais, como etnobotânica, etnozootologia e etnoecologia (Albuquerque *et al.*, 2020).

A conservação da biodiversidade é essencial na etnobiologia, especialmente diante da acelerada extinção de espécies (Shengji; Thammasiri, 2021). A educação é um aliado indispensável nesse processo, que se inicia na educação básica, formando indivíduos capazes de compreender os problemas ambientais. Essa educação, no entanto, deve ser inclusiva, garantindo a todos oportunidades de aprendizagem equitativa e de qualidade ao longo de toda a vida, conforme proposto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pessoas com deficiência também devem conhecer e ter acesso às informações sobre o meio em que vivem e sobre como conservá-lo. Neste artigo, utilizaremos o termo “pessoas com deficiência” conforme definido na Lei Brasileira de Inclusão

(Lei nº 13.146/2015) e na Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (UN, 2006), amplamente adotada no Brasil.

Essa terminologia reflete uma abordagem baseada no modelo social da deficiência, que reconhece que as barreiras enfrentadas por essas pessoas estão frequentemente relacionadas ao meio social e não à deficiência em si. De forma geral, produções científicas que incluam essas pessoas como participantes, pesquisadores ou consumidores são incipientes e escassas (Chikuta *et al.*, 2017). A relação estabelecida entre a academia e esse grupo precisa ser repensada, pois, na maioria das vezes, a abordagem adotada ainda é de medicalização (Spiel *et al.*, 2020).

O modelo médico de deficiência se baseia na ideia de que as dificuldades enfrentadas estão relacionadas ao impedimento físico, sensorial ou intelectual e que a cura está na reabilitação. Em contrapartida, o modelo social entende que é o ambiente que atua como limitador, ao não fornecer as adaptações necessárias e, por consequência, restringir as oportunidades dessas pessoas (Dalmeda; Chhabra, 2019).

Esse modelo teve origem no Reino Unido durante os anos 1970, impulsionado por grupos como a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), que foram fundamentais na reformulação da compreensão sobre a deficiência. Segundo França (2013), o modelo social oferece uma “ferramenta sociológica para a emancipação social”, possibilitando que as pessoas com deficiência assumam controle sobre suas vidas. O modelo social tem sido essencial para a compreensão da deficiência em convergência com categorias como gênero, raça e classe social (Gesser *et al.*, 2012).

A sociedade é a responsável pelas barreiras que limitam a participação das pessoas com deficiência, seja na educação, no trabalho ou em outros âmbitos. Em vez de focar na “correção” de comportamentos ou limitações, o modelo social enfatiza a diversidade e a singularidade das experiências humanas.

Além disso, como apontado por Freitas e Angelucci (2022), esse modelo é de grande relevância para a pesquisa acadêmica, incentivando a participação ativa de pessoas com deficiência nos processos de investigação científica. Essa participação fortalece a autonomia, ao deslocá-las de objetos de estudo passivos para agentes ativos da produção de conhecimento. Esse movimento vai ao encontro do lema “Nada sobre nós sem nós”, amplamente adotado pelos movimentos de direitos das pessoas com deficiência.

Ademais, essa abordagem transformou as discussões sobre deficiência, levando a políticas públicas mais inclusivas e a uma maior conscientização sobre a necessidade de eliminar as barreiras estruturais e sociais que perpetuam a exclusão (Bisol *et al.*, 2017). O modelo social continua sendo uma ferramenta crítica para a promoção da inclusão e da justiça social, ao deslocar o foco da limitação física ou mental para as barreiras sociais, empoderando as pessoas com deficiência e desafiando as estruturas opressoras que perpetuam sua exclusão.

Complementando o modelo social, surgiu o modelo de direitos humanos, que defende a igualdade de oportunidades e compreende que todos possuem os mesmos direitos, devendo a sociedade se adaptar para permitir a plena participação de todas as pessoas (Lawson; Beckett, 2021), pois a exclusão além de trazer danos ao grupo, aponta que não estamos atendendo às recomendações globais de inclusão social previstas nos ODS.

Os ODS buscam garantir a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de gênero, idade ou deficiência. Diversos temas vêm compondo as pesquisas que relacionam a deficiência aos ODS, como inclusão (Fedulova *et al.*, 2019), políticas de educação inclusiva (Lin; Azar, 2019), inclusão social (Poku; Esom; Armstrong, 2017; Bamiteko; Ibi; Bukar, 2017; Hsu *et al.*, 2020) e produção de produtos assistivos (Tebbutt *et al.*, 2016). No entanto, as pesquisas que trazem pessoas com deficiência como tema e/ou participantes ainda são escassas (Chikuta; Plessis; Saayman, 2017).

Pensar em como a ciência está sendo produzida e divulgada, a fim de garantir plena acessibilidade, vai muito além do movimento de ciência aberta, que tem como premissa o acesso livre, inclusivo e acessível a todos (Almeida; Alves, 2023). Esse acesso deve ser garantido com a inclusão das pessoas com deficiência, o que requer adaptações para que o conhecimento produzido possa ser utilizado por todos (Bahlai *et al.*, 2019).

Dessa forma, este estudo revisou os artigos científicos publicados entre 2012 e 2022, com o objetivo de identificar a diversidade de estudos envolvendo pessoas com deficiência e temáticas ambientais. Nossos objetivos específicos foram: i) mapear geograficamente onde ocorreram as publicações; ii) descrever os temas mais recorrentes; iii) verificar quais deficiências são mais frequentes entre os participantes; iv) avaliar qual modelo de deficiência foi utilizado nas pesquisas investigadas; v) averiguar em quais subáreas da etnobiologia as publicações que incluíram pessoas com deficiência estão concentradas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Períodos de buscas e bases de dados

Selecionamos artigos científicos publicados entre janeiro de 2012 e setembro de 2022 que versassem sobre temáticas ambientais e envolvessem pessoas com deficiência como público participante. A escolha da data inicial foi baseada no ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que elencou os indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As buscas ocorreram nas bases de dados Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>), *Scopus* (www.scopus.com) e *Web of Science* (www.webofknowledge.com).

Nas buscas utilizamos combinações de palavras-chave em inglês, espanhol e português (“*Perception environmental*” OR “*Education environmental*” OR

“Traditional knowledge” OR “Biodiversity” OR “Ethnobiology” OR “Conservation” OR “Wild life” OR “Animal” OR “Forest” OR “Use fauna”) AND (inclusion of the disabilities, mental disability, multiple disability, hearing disability, paraplegia, quadriplegia, cerebral palsy, low vision, blindness, deafness).

Após realizar a primeira busca nas bases de dados mencionadas, percebemos que era necessário acrescentar, em alguns casos, a palavra “people” associada à deficiência buscada. Esse acréscimo ocorreu apenas quando havia mais de 1.000 resultados.

Além das palavras-chave utilizadas, a busca na *Web of Science* foi realizada considerando a inclusão dos artigos nas seguintes categorias: 1. *Environmental Sciences*, 2. *Education Special*, 3. *Education Research*, 4. *Social Sciences Interdisciplinary*, 5. *Geography*, 6. *Multidisciplinary Sciences*, 7. *Social Issues* e 8. *Social Work*. Na *Scopus*, buscamos artigos publicados nas áreas de *Environmental Science*, *Psychology*, *Social Sciences*, *Multidisciplinary*, *Agricultural* e *Biological Sciences*. Esse refinamento foi necessário, pois a falta de delimitação das áreas estava trazendo inúmeros resultados sem relação com o tema desejado, inviabilizando a filtragem dos manuscritos.

A triagem inicial ocorreu pela análise das informações contidas no título e no resumo, sendo incluídos apenas os artigos que tinham relação com os objetivos da pesquisa (Mengist; Soromessa, 2020). Todas as pesquisas que mencionavam participantes com deficiência intelectual, física, múltipla, visual ou auditiva foram incluídas. Após a seleção inicial dos artigos, utilizou-se o aplicativo *Rayyan*, que auxilia em pesquisas de revisão (Ouzanni *et al.*, 2016), permitindo a identificação e exclusão de estudos duplicados. Também foram excluídos os trabalhos que utilizavam o termo “inclusão” para se referirem a grupos minoritários que não possuíam deficiência.

2.2 Análise de dados

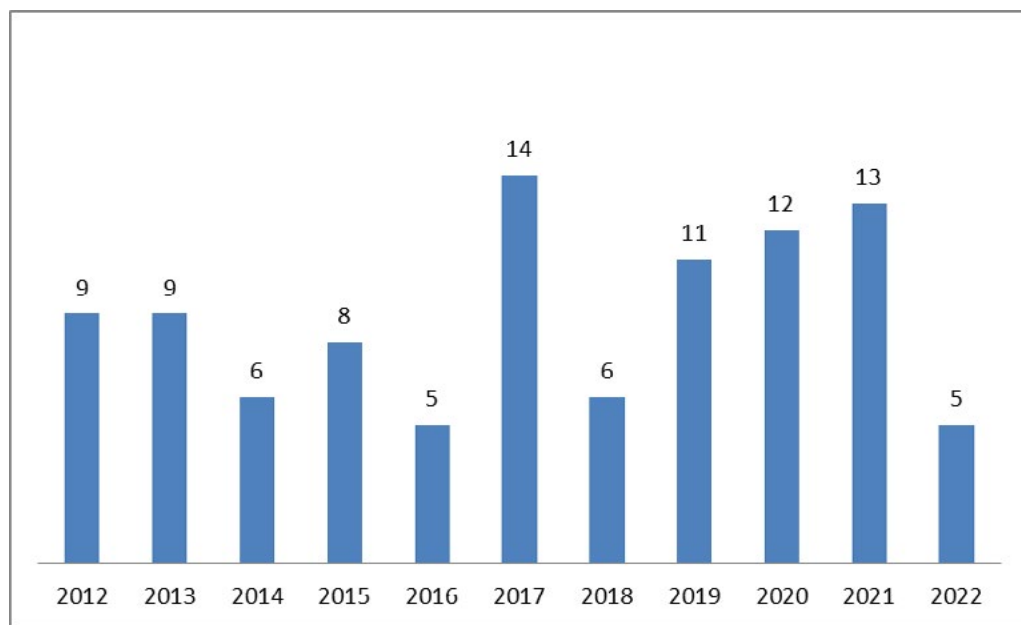
Para traçar o perfil dos estudos foi realizada uma análise de conteúdo por meio de síntese temática, codificando os textos dos artigos incluídos na revisão e criando, posteriormente, temas descritivos (Thomas; Harden, 2008; Vaismoradi; Snelgrove, 2019). Para auxiliar nesse processo, utilizamos o *software* de análise de dados qualitativos *ATLAS.Ti 22.2* (Friese; Ringmayr, 2013), a partir do qual foram verificadas as frequências dos temas nos textos analisados.

3 RESULTADOS

Nas buscas realizadas, foram encontrados 7.682 artigos científicos no Google Acadêmico, 1.599 na *Web of Science* e 364 na *Scopus*, totalizando 9.645 artigos avaliados inicialmente pelo título. Após essa triagem, 168 foram selecionados para leitura do resumo, dos quais 48 abordavam temáticas ambientais e pessoas com deficiência. Nas referências dos artigos, identificamos mais 50 trabalhos que foram inseridos na revisão por tratarem do mesmo tema de pesquisa. As publicações

realizadas variaram consideravelmente durante os anos analisados, conforme apresentado no gráfico abaixo.

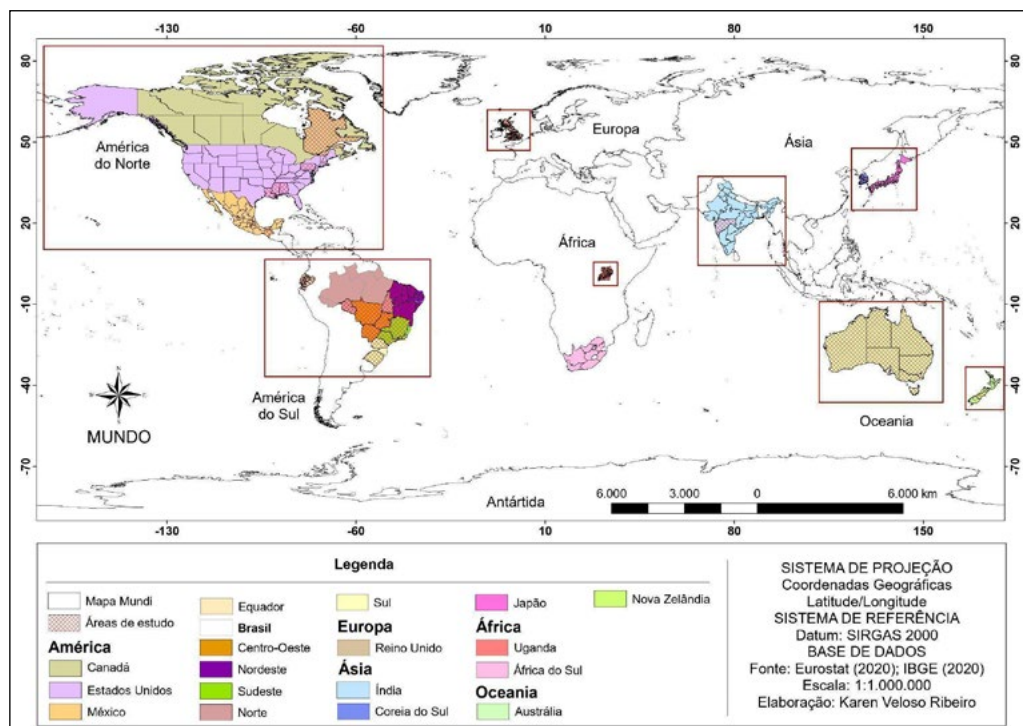
Gráfico 1 - Distribuição temporal das pesquisas publicadas no mundo entre 2012 e 2022



Quanto ao local de realização, das 98 pesquisas encontradas, apenas 54 foram conduzidas em locais específicos, enquanto as demais abordavam aspectos teóricos e didáticos. Na América do Sul, a maioria das publicações (68,51%, n=37) ocorreu nesta região; desse total, uma foi realizada no Equador e as demais no Brasil, distribuídas pelas seguintes regiões: Sudeste 22,22% (n=12), Nordeste 16,66% (n=9), Sul 14,81% (n=8), Centro-Oeste 11,11% (n=6), Norte 3,70% (n=2). O Brasil tem a maior quantidade de publicações etnobiológicas na América Latina (Albuquerque *et al.*, 2013), e esse resultado se mantém quando se trata de pesquisas que envolvem pessoas com deficiência.

Na América do Norte, identificamos 9,25% (n=5) das publicações, distribuídas entre os Estados Unidos (n=3), México (n=1) e Canadá (n=1). Na Oceânia, encontramos 7,40% (n=4), distribuídas entre Austrália (n=2) e Nova Zelândia (n=2). Na Ásia, 5,55% (n=3) das pesquisas ocorreram na Índia (n=1), Coreia do Sul (n=1) e Japão (n=1). Na Europa, houve 3,70% (n=2), ambas no Reino Unido. Na África, tivemos apenas 3,70% (n=2), sendo uma pesquisa realizada em Uganda e outra em toda a região africana. Conforme mostrado na imagem abaixo:

Figura 1 - Mapa de distribuição dos trabalhos sobre temáticas ambientais com participação de pessoas com deficiência



Os temas mais recorrentes foram: ensino de ciências e biologia (23,71%), desastres ambientais e adaptações (16,49%), animais de assistência (14,43%), educação ambiental (11,34%), jardins, florestas e unidades de conservação (9,28%), etnobotânica (6,19%), horta inclusiva (5,15%), trilhas (5,15%), percepção ambiental (2,06%), vulnerabilidade das pessoas com deficiência (1,03%), inclusão verde (1,03%), ecosaude (1,03%) e ansiedade em autistas (1,03%) (Gráf. 2).

(n=23, 22,77%), intelectual (n=13, 13,86%), auditiva (n=13, 12,87%), múltipla (n=6, 5,94%) e física (n=4, 3,96%). Em relação ao modelo de deficiência utilizado nas pesquisas, 67,34% (n=66) adotaram o modelo social, enquanto 32,65% (n=32) adotaram o modelo médico. Ao investigarmos as publicações na área da etnobiologia, identificamos apenas cinco trabalhos, todos na subárea da etnobotânica.

4 DISCUSSÃO

A distribuição geográfica das publicações sobre deficiência e temáticas ambientais reflete a importância dessa área de pesquisa. A predominância de estudos na América do Sul, com o Brasil liderando em número de publicações, demonstra um compromisso significativo com a compreensão da interação entre pessoas com deficiência e o meio ambiente. Essa tendência indica o interesse crescente do país por essa questão.

A maior quantidade de pesquisas pode estar relacionada à vasta biodiversidade brasileira, o que torna o estudo da interação entre pessoas com deficiência e o meio ambiente relevante e rico em possibilidades. Além disso, o Brasil possui uma legislação desenvolvida para a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que visa garantir direitos e promover a plena participação dessas pessoas em todos os âmbitos da vida.

Isso representa um avanço, pois, quando se trata desse público, há um estigma que leva à marginalização e exclusão frequente dessas pessoas, devido às suas características intelectuais, físicas e sensoriais (Crowe, 2021). Esse apagamento constante ressalta as exclusões históricas e intensifica as ausências, ampliando a dificuldade de gerar dados que possam auxiliar na execução e construção de políticas públicas e práticas mais inclusivas e sustentáveis em escala internacional, com foco nesse público (Pereira *et al.*, 2021).

A análise dos temas revelou uma predominância no ensino de ciências e biologia. Isso reflete o compromisso com uma educação inclusiva e acessível, garantindo que pessoas com deficiência tenham acesso equitativo ao conhecimento científico e biológico. Essa tendência demonstra uma resposta à necessidade de desenvolver estratégias educacionais e científicas acessíveis e inclusivas para indivíduos com deficiência, alinhadas com as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, a educação ambiental também emergiu como uma área significativa de interesse, possivelmente representando uma maior conscientização e engajamento das pessoas com deficiência na conservação do meio ambiente. De forma geral, a maior parte das pesquisas que incluem a participação de pessoas com deficiência tende a se concentrar em educação e em elementos relacionados à saúde (Saran *et al.*, 2020).

Os estudos sobre desastres ambientais e adaptações apontam uma crescente preocupação com a vulnerabilidade das pessoas com deficiência diante de eventos extremos, como furacões, terremotos e inundações. Esses estudos poderão embasar

práticas de adaptação que considerem as necessidades específicas desse grupo em face das mudanças climáticas. Apesar dos avanços constatados nas pesquisas, entendemos que ainda é necessário progredir na construção e execução de estudos com esse público nas mais diversas áreas do conhecimento (Saran *et al.*, 2020).

A análise dos tipos de deficiência mais frequentemente abordados entre os participantes das pesquisas revelou uma alta representação de trabalhos tratando da deficiência de forma geral, seguida pela deficiência visual. Esse resultado pode ser explicado pela quantidade de pessoas com deficiência visual no Brasil, onde ocorreu a maior parte dos achados. Estima-se que existam cerca de 35 milhões de pessoas com dificuldades de enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato (Sakiyma; Souza, 2016).

A presença significativa de indivíduos com deficiência intelectual sugere um interesse crescente em compreender suas experiências e necessidades em relação ao meio ambiente. A inclusão de pessoas com deficiência auditiva ressalta a importância de considerar questões de acessibilidade comunicativa em pesquisas e práticas ambientais.

Estratégias como a disponibilização de intérpretes de língua de sinais e a utilização de legendas em materiais audiovisuais podem facilitar a participação plena e igualitária dessas pessoas em atividades ambientais. A participação de pessoas com deficiência física foi menos comum, o que pode ser atribuído à necessidade de maiores adaptações para que elas possam acessar ambientes naturais.

Na análise dos modelos de deficiência adotados, percebemos uma tendência predominante pelo modelo social. Esses resultados refletem a crescente utilização do modelo social de deficiência como um quadro conceitual mais inclusivo, tanto em contextos nacionais quanto internacionais.

Isso também pode ser explicado pela maior quantidade de pesquisas na área educacional, onde se busca atender os estudantes com mais inclusão. Além disso, iniciativas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (ONU, 2016), têm promovido o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e a adoção de políticas e práticas baseadas nos princípios do modelo social.

Por outro lado, o modelo médico de deficiência tem sido cada vez mais questionado por sua ênfase na “normalidade” e pela falta de consideração das dimensões sociais da experiência da deficiência. Entendemos que as pesquisas que adotaram esse modelo também influenciaram a forma como as pessoas com deficiência foram abordadas, já que, em alguns casos, elas não foram entrevistadas diretamente, mas sim por intermédio de outras pessoas (familiares, professores, cuidadores, intérpretes), que relataram o que acreditavam que essas pessoas estavam pensando, sentindo ou desejando.

Apesar disso, os resultados da presente análise refletem não apenas uma preferência teórica entre os pesquisadores, mas também uma posição política e ética em favor da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência. Esses resultados

ressaltam a importância de adotar abordagens inclusivas e baseadas nos direitos humanos na pesquisa, na política e na prática, visando promover uma sociedade mais igualitária e acessível para todos.

As pessoas com deficiência podem e devem contribuir em muitos papéis além do de aprendiz, sendo consideradas não apenas como consumidoras, mas também como produtoras de conhecimento e participantes ativas na construção de conteúdo. No entanto, a literatura mostra poucas pesquisas que as colocam no papel de protagonistas (Chiara; Gregor, 2022). É preciso reforçar que essas pessoas devem ser reconhecidas como intelectuais, sendo valorizadas como sujeitos ativos do esforço intelectual (Goodley *et al.*, 2019).

É necessário pensar em uma reformulação e construção de agendas que contemplem grupos minoritários na condição de sujeitos produtores de conhecimento. Além de atender efetivamente às demandas mundiais de inclusão, isso também auxiliará na produção de dados quantitativos e qualitativos sobre pessoas com deficiência, uma vez que a UNESCO recomenda que, sempre que possível, o tamanho da amostra de pesquisas com esses sujeitos seja ampliado para preencher as lacunas existentes. Ainda que os temas de equidade, diversidade e inclusão tenham se tornado cada vez mais frequentes na academia, há necessidade de maior representatividade (Wolbring; Lillywhite, 2021).

4.1 Achados etnobiológicos

Dos 98 estudos incluídos na pesquisa, apenas cinco eram da etnobiologia, especificamente da subárea da etnobotânica. Desse total, dois (Almeida, Barros, Silva, 2015; Araújo *et al.*, 2020) realizaram a inclusão dos participantes, enquanto três (Anjos *et al.*, 2021; Lima-Nascimento *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2020) apenas mencionaram essas pessoas para informar que seriam excluídas, pois não havia como estabelecer comunicação.

A pesquisa de Neto *et al.* (2015) foi realizada na comunidade rural Serra do Passa-Tempo, no Piauí, e teve como objetivo identificar as plantas utilizadas como recurso terapêutico. Na comunidade, havia quatro pessoas surdas que foram incluídas como participantes; para isso, um intérprete local auxiliou os pesquisadores nas entrevistas e na turnê guiada. A decisão de levar os participantes surdos para a turnê guiada foi muito acertada, uma vez que o visual é o sentido mais utilizado por essas pessoas.

Já a pesquisa de Araújo *et al.* (2020) ocorreu no município de Gado Bravo, na Paraíba, e, além de buscar identificar os conhecimentos que as pessoas surdas possuíam sobre as espécies vegetais, também teve como objetivo construir um material didático ilustrativo para promover a acessibilidade. A pesquisa contou com a participação de docentes surdos, docentes da área de ciências biológicas, intérpretes e estudantes surdos, sendo realizada inteiramente em Libras.

Na contramão desses estudos, Lima-Nascimento *et al.* (2019) excluíram participantes de seis residências, indicando problemas de saúde como deficiência

intelectual, Alzheimer, deficiência auditiva e dificuldades de fala. Oliveira *et al.* (2020) excluíram participantes com deficiência auditiva e transtorno mental, pois entenderam que essas condições inviabilizam o diálogo. Seguindo essa abordagem, Anjos *et al.* (2021) retiraram de suas pesquisas os participantes que apresentavam *déficit* cognitivo que implicasse na coleta de dados e deficiência auditiva que impedisse ou dificultasse a comunicação verbal.

Fica evidente que o modelo médico está presente nessas três pesquisas, visto que as pessoas com deficiência foram excluídas e o termo “problemas de saúde” foi utilizado para se referir aos não-participantes. Os pesquisadores, em nenhum momento, mencionaram suas dificuldades em estabelecer comunicação com esses sujeitos. Tal fato está de acordo com a ideia de que classificar alguém como diferente parte do princípio de que existe uma normalidade na qual o pesquisador se considera inserido (Rodrigues, 2006), uma vez que a diferença é sempre atribuída ao outro.

Diante desse cenário, surge a necessidade de promover maior diversidade e inclusão nas pesquisas etnobiológicas em todo o mundo. Mcalvey *et al.* (2021) defendem a acessibilidade dos trabalhos publicados na etnobiologia, uma vez que a evolução desta área parece não estar considerando esses grupos minoritários (Santoro *et al.*, 2021).

A inclusão efetiva pode ser alcançada por meio da colaboração interdisciplinar entre pesquisadores da etnobiologia e de outras áreas afins. Portanto, é necessário ampliar e diversificar as investigações nesse campo, a fim de promover uma compreensão mais completa e inclusiva das relações entre pessoas com deficiência e etnobiologia.

A falta de pesquisas sobre a interação entre pessoas com deficiência, etnobiologia e conservação da biodiversidade tem implicações significativas para os estudos e práticas de conservação. Essa lacuna de conhecimento pode resultar em estratégias de conservação que não considerem as necessidades específicas dessas pessoas, bem como suas contribuições para a preservação da natureza.

A compreensão mais aprofundada dessas questões pode contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes de inclusão e acessibilidade ambiental, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

5 CONCLUSÃO

Os resultados de nossa pesquisa indicam que a maior concentração de trabalhos está na América do Sul, com o Brasil apresentando o maior número de publicações. No entanto, apesar de o Brasil liderar nessas produções, observamos uma distribuição desigual das pesquisas, com apenas dois trabalhos identificados na região Norte, o que evidencia a necessidade de uma maior equidade na realização de investigações em todo o território nacional. Esse desequilíbrio regional revela a urgência de fomentar estudos em áreas sub-representadas, ampliando as discussões sobre práticas inclusivas e os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência em diversos contextos geográficos.

A maior parte das investigações ocorreu nas áreas de educação e saúde, com uma predominância do uso do modelo social da deficiência, o que representa um avanço significativo na compreensão das barreiras sociais e estruturais que limitam a participação plena dessas pessoas. No entanto, esse progresso deve ser acompanhado de um aprofundamento nas abordagens teóricas, considerando que as práticas e políticas inclusivas precisam ir além do básico, incluindo uma análise crítica das barreiras que persistem nos campos da etnobiologia e conservação da biodiversidade.

Ainda que o modelo social da deficiência tenha influenciado a forma como muitos estudos são conduzidos, a ausência das pessoas com deficiência como protagonistas na produção do conhecimento se destaca como uma lacuna importante a ser sanada. Esse fato vai de encontro ao princípio “Nada sobre nós sem nós”, amplamente defendido por movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A produção científica sobre questões que interpelam diretamente essas pessoas deve incluir suas vozes de forma ativa, não apenas como objeto de estudo, mas também como autores e pesquisadores que contribuem para a construção de conhecimento.

A inclusão dessas pessoas como protagonistas nas pesquisas, especialmente nas áreas relacionadas à conservação ambiental e à etnobiologia, é crucial para garantir que as estratégias de inclusão e preservação ambiental sejam verdadeiramente eficazes e representem suas necessidades e experiências. O envolvimento ativo das pessoas com deficiência na ciência é uma ferramenta poderosa para a democratização do conhecimento e para a implementação de políticas públicas mais inclusivas e justas.

Portanto, é imperativo que as futuras pesquisas não apenas ampliem o escopo temático e geográfico, mas também que se comprometam com a inclusão plena das pessoas com deficiência como agentes ativos na produção de conhecimento. Somente assim poderemos avançar de maneira significativa rumo a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o modelo social da deficiência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUDWIG, D.; FEITOSA, I. S.; DE MOURA, J. M. B. *et al.* Addressing social-ecological systems across temporal and spatial scales: a conceptual synthesis for ethnobiology. **Human ecology**, 48, p. 557-571, 2020.

ALBUQUERQUE, U. P.; SILVA, J. S.; CAMPOS, J. L. A.; SOUSA, R. S. *et al.* The current status of ethnobiological research in Latin America: gaps and perspectives. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, 9, p. 1-9, 2013.

ALMEIDA NETO, J. R.; DE BARROS, R. F. M.; SILVA, P. R. R. Uso de plantas medicinais em comunidades rurais da Serra do Passa-Tempo, estado do Piauí, Nordeste do Brasil. **Revista brasileira de biociências**, 13, n. 3, 2015

ANJOS, A. P. S.; OLIVEIRA, Z. M.; DA COSTA VARGENS, O. M.; PROGIANTI, J. M. Concepção de mulheres sobre o climatério e o uso de plantas medicinais como terapêutica natural. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, 95, n. 35, 2021.

ARAÚJO, R. D. C. C.; DE ALMEIDA, H. A.; RAMOS, M. B.; FONSECA, M. F. *et al.* A caatinga em uma nova linguagem: a etnobotânica para inclusão social. **REIN-REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, 4, n. 2, p. 163-175, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BAHLAI, C.; BARTLETT, L. J.; BURGIO, K. R.; FOURNIER, A. M. *et al.* Open science isn't always open to all scientists. **American Scientist**, 107, n. 2, p. 78-82, 2019.

BAMITEKO, R. M.; IBI, M. B.; BUKAR, I. B. Attitude of Academic Community towards Physically Challenged Students in the University of Maiduguri: Implications for Financing Inclusive Education for Sustainable Development. **Journal of Education and Practice**, 8, n. 10, p. 202-210, 2017.

BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatris. **Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social**. 2017.

CHIKUTA, O.; DU PLESSIS, L.; SAAYMAN, M. Nature-based travel motivations for people with disabilities. **African journal of hospitality, tourism and leisure**, 6, n. 1, p. 1-16, 2017.

CROWE, T. V. Factors associated with help-seeking and self-efficacy among a sample of deaf adults. **Journal of Developmental and Physical Disabilities**, 33, n. 1, p. 51-63, 2021.

DALMEDA, M. E. P.; CHHABRA, G. Modelos teóricos de discapacidad: un seguimiento del desarrollo histórico del concepto de discapacidad en las últimas cinco décadas | Theoretical models of disability: tracing the historical development of disability concept in last five decades. **Revista española de discapacidad**, 7, n. 1, p. 7-27, 2019.

FEDULOVA, I.; IVANOVA, V.; ATYUKOVA, O.; NOSOV, V. Inclusive education as a basis for sustainable development of society. **Journal of social studies education research**, 10, n. 3, p. 118-135, 2019.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

FREITAS, Mariele Angélica; ANGELUCCI, Carla Biancha. O modelo social da deficiência nas pesquisas brasileiras de pós-graduação stricto sensu. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 2, p. 379-394, 2022.

FRIESE, S.; RINGMAYR, T. ATLAS. ti 7 user guide and reference. **Berlin: ATLAS. ti Scientific Software Development GmbH**, 2013.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELLI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, 24, p. 557-566, 2012.

GOODLEY, D.; LAWTHOM, R.; LIDDIARD, K.; RUNSWICK-COLE, K. Provocations for critical disability studies. **Disability & Society**, 34, n. 6, p. 972-997, 2019.

HSU, A.; CHAKRABORTY, T.; THOMAS, R.; MANYA, D. *et al.* Measuring what matters, where it matters: a spatially explicit urban environment and social inclusion index for the sustainable development goals. **Frontiers in Sustainable Cities**, 2, p. 556484, 2020.

LAWSON, A.; BECKETT, A. E. The social and human rights models of disability: towards a complementarity thesis. **The International Journal of Human Rights**, 25, n. 2, p. 348-379, 2021.

LIMA-NASCIMENTO, A. M. D.; BENTO-SILVA, J. S.; LUCENA, C. M. D.; LUCENA, R. F. P. D. Ethnobotany of native cacti in the northeast region of Brazil: can traditional use influence availability? **Acta Botanica Brasilica**, 33, p. 350-359, 2019.

MCALVAY, A. C.; ARMSTRONG, C. G.; BAKER, J.; ELK, L. B. *et al.* Ethnobiology phase VI: decolonizing institutions, projects, and scholarship. **Journal of Ethnobiology**, 41, n. 2, p. 170-191, 2021.

MENGIST, W.; SOROMESSA, T.; LEGESE, G. Method for conducting systematic literature review and meta-analysis for environmental science research. **MethodsX**, 7, p. 100777, 2020.

OLIVEIRA, A. L.; WESTIN, U. M.; RODRIGUES, E. R.; GARBUIO, D. C. Uso de plantas medicinais por pacientes renais crônicos em tratamento hemodialítico. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, 23, n. 2Supl., p. 38-46, 2020.

OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan – a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic reviews**, 5, p. 1-10, 2016.

PEREIRA, É. L.; ALECRIM, C. G. M.; SILVA, D. F. L.; SALLES-LIMA, A. D. *et al.* Invisibilidade sistemática: pessoas com deficiência e Covid-19 no Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 25, p. e200677, 2021.

POKU, N. K.; ESOM, K.; ARMSTRONG, R. Sustainable development and the struggle for LGBTI social inclusion in Africa: opportunities for accelerating change. **Development in Practice**, 27, n. 4, p. 432-443, 2017.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus**, p. 299-318, 2006.

- SAKIYMA, W. F.; DE SOUZA, S. D. R. Jardim Botânico de Curitiba-PR, Brasil: possibilidade de inclusão dos deficientes visuais. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, 10, n. 1, p. 112-142, 2016.
- SALVATORE, C.; WOLBRING, G. Coverage of disabled people in environmental-education-focused academic literature. **Sustainability**, 14, n. 3, p. 1211, 2022.
- SANTORO, F. R.; TOLEDO, B. A.; CAMPOS, J. L. A.; ALVES, A. S. A. *et al.* Maternidade na etnobiologia: desafios encontrados por pesquisadoras que são ou buscam ser mães. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, 6, n. 2, p. 72-88, 2021.
- SARAN, A.; WHITE, H.; KUPER, H. Evidence and gap map of studies assessing the effectiveness of interventions for people with disabilities in low-and middle-income countries. **Campbell Systematic Reviews**, 16, n. 1, p. e1070, 2020.
- SHENGJI, P.; THAMMASIRI, K., 2021, **Vital role for ethnobiology in new era of biodiversity conservation in China**. 1-4.
- SPIEL, K.; GERLING, K.; BENNETT, C. L.; BRULÉ, E. *et al.*, 2020, **Nothing about us without us: Investigating the role of critical disability studies in HCI**. 1-8.
- TEBBUTT, E.; BRODMANN, R.; BORG, J.; MACLACHLAN, M. *et al.* Assistive products and the sustainable development goals (SDGs). **Globalization and health**, 12, p. 1-6, 2016.
- THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC medical research methodology**, 8, p. 1-10, 2008.
- TURNER, N. J.; CUERRIER, A.; JOSEPH, L. Well grounded: Indigenous Peoples' knowledge, ethnobiology and sustainability. **People and Nature**, 4, n. 3, p. 627-651, 2022.
- UN. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. 61st Session of the General Assembly: see GA Res. 61/611, 2006.
- VAISMORADI, M.; SNELGROVE, S. Theme in qualitative content analysis and thematic analysis. 2019.
- VANDEBROEK, I.; PIERONI, A.; STEPP, J. R.; HANAZAKI, N. *et al.* Reshaping the future of ethnobiology research after the COVID-19 pandemic. **Nature Plants**, 6, n. 7, p. 723-730, 2020.
- WOLBRING, G.; LILLYWHITE, A. Equity/equality, diversity, and inclusion (EDI) in universities: the case of disabled people. **Societies**, 11, n. 2, p. 49, 2021.